

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 516.054 - RJ (2019/0173779-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ DE FELICE SOUZA - RJ038606
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DEIVID DE SOUZA BARCELOS FERNANDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **DEIVID DE SOUZA BARCELOS FERNANDES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante, em síntese, que: **a)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva; **b)** o paciente é "primário e sem antecedentes criminais" (e-STJ, fl. 5); **c)** é "pequena a quantidade de substância entorpecente que teria sido apreendida - 6g de cocaína e 28 de gramas de maconha - e a arma apreendida estava descarregada, o que até mesmo retiraria maior gravidade ao fato" (e-STJ, fl. 7); **d)** "não foi apresentado qualquer elemento que ao menos em tese apontasse para que o paciente pudesse pertencer a uma associação criminosa" (e-STJ, fl. 7).

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a segregação cautelar foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"O flagrante é regular e não contém máculas, motivo pelo qual o homologo.

Os policiais militares receberam uma denúncia de que um indivíduo vulgo 'Japinha', gerente do tráfico da facção TCP no bairro Sítio

Superior Tribunal de Justiça

Quissamã, na cidade de Quissamã/RJ, estava traficando drogas numa residência na Rua Visconde de Quissamã, nº, 22, casa 03, Centro. Os militares procederam ao local e lá foram encontrados três pinos de pó branco, dois tabletes de erva seca e outro amarrado contendo pó branco, que foram atestados pela perícia como sendo 6g de cocaína e 28g de Cannabis Sativa L., que seria a sobra da carga de entorpecentes que o acusado havia vendido. Os militares também encontraram um revólver calibre desmuniado e com parte da numeração suprimida. O crime imputado ao acusado é equiparado a hediondo e mereceu disciplina específica na Lei 11.343/03. Não existe nos autos qualquer informação acerca de antecedentes, residência fixa e ocupação lícita do autuado, a modo de viabilizar a aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP.

Resta, então, a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, ante a presença de indícios suficientes da autoria, prova da existência do crime e necessidade de garantir-se a ordem pública e a instrução criminal.

Com arrimo no exposto, converto em prisão preventiva a prisão em flagrante de DEIVID DE SOUZA BARCELOS FERNANDES." (e-STJ, fls. 63-64)

Como se vê, a prisão cautelar encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, porquanto a periculosidade do paciente está demonstrada de forma concreta no fato de ele, supostamente, integrar organização criminosa voltada para o tráfico de drogas, desempenhando papel de destaque, na condição de gerente do tráfico da facção criminosa Terceiro Comando Puro (TCP), no bairro Sítio Quissimã.

Saliente-se que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014; HC 154.438/MT, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 23/4/2019, Dje 1º/7/2019; e AgR no RHC 144.517/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 7/8/2018, Dje 5/9/2018).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA NÃO ANALISADA NO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE SER USUÁRIO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

III - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal

ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

IV - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora recorrente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerado que seria integrante de "uma sólida associação criminosa voltada ao tráfico de drogas na cidade de Pouso Alegre/MG, com ramificações em outras cidades do Sul de Minas Gerais". Tal circunstância, a meu ver, indica reprovabilidade da conduta, em tese, praticada e justifica a indispensabilidade da imposição da medida extrema.

V - 'A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.

Recurso ordinário Desprovido"

(RHC 95.938/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 3/4/2018, DJe 11/4/2018).

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REVISÃO DE REGIME PRISIONAL E APLICAÇÃO DE DETRAÇÃO PENAL. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. MANIFESTAÇÃO PREMATURA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE APELO CRIMINAL. NÃO IDENTIFICADO. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada em associação criminosa, com diversos integrantes, posições definidas, ligação com organização criminosa denominada PCC, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

[...]

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegado."

(HC 389.003/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 81.823/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 352.480/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 07/06/2017; RHC 83.352/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 30/05/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator

